

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

URGENTE: DENÚNCIA IRREGULARIDADES CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2023

PEDIDO DE SUSPENSÃO LIMINAR – CERTAME PREVISTO PARA 21/06/2023.

DENUNCIANTE: A CONSULTORIA LTDA – CNPJ 35.236.886/0001-51

DENUNCIADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO (A) E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO BRANCO-MG

A empresa **A CONSULTORIA LTDA**, com sede na Rua André Rodrigues da Silva, nº. 270, APT. 03, Bairro Campo Alegre, Conselheiro Lafaiete/MG, cadastrada no CNPJ sob o nº. 35.236.886/0001-51, por sua Representante Legal Sr.ª Izabella Sousa Coimbra Nascimento, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG nº. 194.133 vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 301 da Resolução n.º 12/2008, apresentar **DENÚNCIA REFERENTE A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2023**, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Ouro Branco - MG, sob a responsabilidade do (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da respectiva Prefeitura, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS, ILEGALIDADES E IRREGULARIDADES:

O certame em questão tem como objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria à Secretaria Municipal de Educação de Ouro Branco, elaborando e monitorando seus programas e demais convênios, de acordo com as especificações discriminadas neste edital, termo de referência e anexos.

O referido objeto conta com a seguinte descrição/especificação constante no Termo de Referência:

A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas;

Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.

Ocorre que são diversas as irregularidades e ilegalidades que devem ser apreciadas por este d. Tribunal, sob pena de comprometer o presente certame, conforme será detalhado a seguir.

Sabe-se que os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 5º da Lei nº. 14133/21, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

II – DA PATENTE RESTRIÇÃO DE COMPETIÇÃO NA ADOÇÃO DE CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE “TÉCNICA E PREÇO”:

A princípio, não há como ao menos se cogitar que os serviços previstos no objeto do Edital regente do certame sejam sequer de média complexidade técnica (a exigir a modalidade de técnica e preço), posto que o MEC – Ministério da Educação e o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação disponibilizam inúmeros manuais para consulta sobre a elaboração, monitoramento e execução dos programas da educação, o que pode ser

prontamente comprovado por meio de consulta ao sítio do FNDE, inclusive em relação ao PAR – Plano de Ações Articuladas, no endereço <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/par>.

Dessa forma, os manuais de funcionamento, legislação, perguntas e respostas, elaboração de ações, monitoramento e acompanhamento dos diversos programas da educação podem ser obtidos no endereço eletrônico do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, disponível em <http://www.fnde.gov.br/>, na aba “Programas”, a exemplo dos links a seguir colacionados, referentes à relação de atividades específicas a serem desenvolvidas pela contratada, extraída do Termo de Referência:

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/cademo-de-legislacao-2022 https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-agricultura-familiar https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/controle-social-cae/renovacao-cae https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/controle-social-cae/substituicao-cae https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/controle-social-cae/espelho-cae
SISTEMA DE GESTÃO DE CONSELHOS – SIGECON	https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/controle-social-cae/parecer-cae

Rua André Rodrigues da Silva, nº 270, APT 03, Bairro Campo Alegre, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-093. Email: aconsultoria01@yahoo.com

	https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/manuais
--	---

Assim, **qual é a complexidade técnica para a licitação do objeto do certame ser julgada por meio de técnica e preço e não ser realizada por Pregão?** Fato este que, por si só, é capaz de afastar a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa que seriam alcançados, no caso da licitação por Pregão, ao considerar que são disponibilizados pelos órgãos governamentais inúmeros manuais, os quais são amplamente elucidativos e autoexplicativos.

Nesse sentido, entendeu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS ATUARIAIS. CONSULTORIA E ASSESSORIA. natureza. serviço comum. MODALIDADE PREGÃO. TIPO MENOR PREÇO. POSSIBILIDADE. NULIDADE. INOCORRENTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. **O que caracteriza um objeto como comum é a padronização de sua configuração, viabilizada pela ausência de necessidade especial a ser atendida e pela experiência e tradição no mercado. Ou seja, bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio?** (REsp 1.466.938/RS. Decisão monocrática. Rel. Humberto Martins. DJe 29/06/2016). 2. **A consultoria e assessoria técnica atuarial são considerados serviços comuns, aptos a serem licitados pela Administração Pública e mediante a modalidade pregão e o tipo licitatório menor preço.** 3. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-DF 07019609420188070018 DF 0701960-94.2018.8.07.0018, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 03/07/2019, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe: 05/07/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.). (grifo nosso)

É de se notar, portanto, que o comando constitucional relativo às licitações públicas inc. 21 do art. 37, dispõe que somente serão permitidas “exigências de qualificação técnica (...) indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Decorre daí que é unânime a jurisprudência do TCU no sentido de que se deve evitar a fixação de restrições desmedidas com o intuito de dificultar o amplo acesso à licitação, ferindo o princípio da isonomia entre os participantes (e.g., Decisão 782/2000 e Acórdão 124/2002, ambos do Plenário do TCU).

Pelo exposto, resta cristalino a inexistência de predominância de trabalho intelectual, isto pois, o serviço licitado decorre naturalmente de orientações normativas e técnicas inerentes aos programas da educação, não havendo que se falar em “produto único”, mas meramente diz respeito a métodos e técnicas dominados e oferecidos amplamente no mercado. Neste sentido:

O objeto licitado pelo município não consiste na prestação de serviços intelectuais em que se exijam a arte e o talento humanos para sua execução. Pelo contrário, (...) **está relacionada a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos, não exigindo padrões de desempenho e de qualidade que não sejam conhecidos, dominados e oferecidos amplamente no mercado** da construção civil. (Processo n. 1092472 – Denúncia. Rel. Subs. Victor Meyer. Deliberado em 06/08/2020. Disponibilizado no DOC de 11/08/2020).

Registrou que serviços intelectuais podem ser comuns ou incomuns, haja vista que, sendo comuns podem ser licitados pela modalidade de pregão e, sendo incomuns, podem ser licitados pela modalidade de concorrência, do tipo técnica e preço, exatamente em razão da predominância do trabalho intelectual. Entendeu, ainda, **que a prestação dos serviços licitados, in casu, limita-se às orientações normativas inerentes à educação, não podendo ser considerado “produto único” como entendeu a denunciante, ao contrário, o objeto diz respeito a métodos e técnicas dominados e oferecidos amplamente no mercado.** (Processo n. 1092588 – Denúncia. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 17/11/2020. Disponibilizado no DOC de 19/11/2020).

Nota-se, portanto, que a Administração não pode contratar serviços comuns, dos quais o FNDE disponibiliza manuais descritivos com o passo a passo para manuseio, sob os critérios de técnica e preço, uma vez que claramente não se configura objeto mormente atrelado à intelectualidade, conforme consta no Termo de Referência do edital ora impugnado.

Logo, tal conduta não encontra respaldo legal ou jurisprudencial, razão pela qual o presente certame deve ser suspenso, para fins de adequações das inconformidades e ilegalidades ora denunciadas, de modo que a administração passe a adotar uma modalidade de licitação (Pregão – Serviços Comuns) com critérios adequados para que, ao final do certame, sejam contratados/adquiridos itens, a partir de um certame que tenha contado com a ampla participação de empresas a âmbito nacional, sem qualquer restrição de competição, de modo a permitir a proposta mais vantajosa para a administração.

Outrossim, resta evidenciado que os critérios da forma como apresentados no Edital **estão claramente a restringir, de forma severa, a participação de inúmeras empresas do segmento licitado, uma vez que se trata de serviço comum, não havendo que se falar em complexidade técnica e consequentemente em adoção de critérios de técnica e preço.**

Nesse sentido, entendeu o Tribunal de Contas da União:

80. Sobre a intelectualidade do serviço, contraposta a serviços meramente mecânicos, tem-se que a classificação do serviço como comum não é inata pelo simples fato de se tratar de atividade intelectual. Conforme visto, **há julgados desta Corte, que defendem a possibilidade do uso do pregão para a contratação de serviços de consultoria e auditoria.** No âmbito do TC006.206/2010-7, o relator, ao divergir da unidade técnica, que defendia a irregularidade no uso do pregão para contratação de serviços de consultoria, destacou que **'(...) não deve prosperar o entendimento de que nenhum serviço de consultoria possa, a priori, 'ser classificado como comum'.** Diversos serviços enquadráveis em tal categoria, assim entendidos aqueles em que se espera a realização do estudo de determinada situação e a subsequente proposta de solução para os problemas aí identificados, têm sido considerados, por este Tribunal, como perfeitamente licitáveis mediante pregão, bastando, para tanto, que seja possível sua definição objetiva no edital, por meio de especificações usuais de mercado, não havendo necessidade, nem mesmo, de que eles sejam simples. **O entendimento desta Corte, ademais, para tais casos, é de que a adoção do Pregão é obrigatória, presentes as disposições da Lei 10.520/2003".** Assim, o relator, no ponto, e em razão da divergência, deixou de acompanhar o entendimento da unidade técnica quanto à inadequação do uso do pregão para se contratar serviços de consultoria, no que foi

acompanhado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão no 2285/2009, do Plenário do TCU. Acórdão 1.989/2010-Plenário, TC006.206/2010-7, Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 11.08.2010.' (grifo nosso.)

Bem como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

DENÚNCIA. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL. TIPOS DE LICITAÇÃO. NATUREZA DO OBJETO DA LICITAÇÃO. DESNECESSIDADE DE VARIAÇÕES TÉCNICAS OU QUALIDADES ESPECIAIS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. MANUTENÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA. 1. A Lei de Licitações estabelece que a regra de julgamento dos certames licitatórios é a escolha da proposta de menor preço, enquanto que os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, nos termos do caput do art. 46. **2. É vedada a licitação do tipo "técnica e preço", quando não estiver perfeitamente caracterizada a natureza predominantemente intelectual do núcleo do objeto que se pretende contratar, à vista do disposto no art. 46, caput, da Lei 8.666/1993.** 3. **Apesar de complexos, verifica-se que as atribuições descritas no edital para consultoria e assessoria atuarial não destoam de serviços ordinários e rotineiros imputáveis a qualquer profissional ou empresa devidamente habilitado e registrado na categoria de classe, no caso, junto ao IBA.** 4. **A Administração não deve fazer exigências que prejudiquem o caráter competitivo da licitação, pois tem a incumbência de atuar no sentido de garantir ampla participação no certame das empresas que detenham qualificação técnica para garantir o cumprimento das obrigações.** Primeira Câmara 38ª Sessão Ordinária – 11/12/2018. (TCE-MG - DEN: 1040498, Relator: CONS. SUBST. ADONIAS MONTEIRO, Data de Julgamento: 11/12/2018, Data de Publicação: 24/01/2019). (grifo nosso.)

DENÚNCIA. TOMADA DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONTROLE INTERNO E PESSOAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. ADOÇÃO DE TIPO 2 TÉCNICA E PREÇO. SERVIÇO COMUM. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. IRREGULARIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL

DOS APONTAMENTOS CONSTANTES DA DENÚNCIA. 1. A homologação do procedimento licitatório é ato de controle da Administração Pública, de modo que a autoridade homologadora da licitação passa a responder por todos os atos praticados no processo licitatório. 2. A existência no processo licitatório de planilha com os valores orçados capaz de demonstrar que o valor estimado e contratado se deu com base no preço médio das cotações obtidas pela Administração afasta a alegada ausência de pesquisa de mercado. 3. **Diante da ausência de justificativa técnica, a adoção do tipo de licitação técnica e preço não é adequado para contratação de prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria em contabilidade pública, licitações, contratos, controle interno e pessoal.** (TCE-MG - DEN: 997679, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 26/10/2017, Data de Publicação: 13/11/2017)

Dessa forma, resta cristalino que, a utilização da modalidade Concorrência, adotando-se critérios técnica e preço, encontra-se totalmente desarrazoada da realidade fática em relação ao objeto a ser contratado.



Frise-se, ainda, que não houve a devida justificativa, motivação, do ato/decisão da licitação se valer de critérios de julgamento de melhor técnica e preço, o que naturalmente não se aplica ao caso, **podendo induzir a uma eventual (e ilegal) restrição de competição.**

Nesse sentido, os argumentos utilizados para justificar a adoção do julgamento por técnica e preço, são rasos e desconexos da realidade fática dos fatos, uma vez que, o objeto licitado nitidamente configura-se como serviço comum. **Inclusive, o município licitou, no ano de 2021, por meio do Pregão Presencial 005/2021 - Processo Licitatório 019/2021, realizado em 23/03/2021, objeto idêntico ao ora licitado, se valendo na época da modalidade pregão, nos seguintes termos:**

A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas; Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do

Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.

Vejamus quadro comparativo:

TR – PREGÃO PRESENCIAL 05/2021	TR – CONCORRÊNCIA 001/2023								
<div>Prefeitura Municipal de Ouro Branco Secretaria Municipal de Educação</div> <div><u>TERMO DE REFERÊNCIA</u></div> <div>1- OBJETO 1.1. Esta licitação tem por objeto a Prestação de Serviços de apoio à Secretaria Municipal de Educação elaborando e monitorando os programas e os demais convênios da educação.</div> <div>2 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS 2.1 - A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas; Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os Interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.</div>	<div>PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</div> <div>PREFEITURA DE OURO BRANCO</div> <div>Termo de Referência</div> <div>1. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO 1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria à Secretaria Municipal de Educação de Ouro Branco, elaborando e monitorando seus programas e demais convênios, de acordo com as especificações discriminadas abaixo.</div> <table><tr><th>ITEM</th><th>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</th><th>UN</th><th>QTD</th></tr><tr><td>01</td><td>A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas; Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.</td><td>MESES</td><td>12</td></tr></table>	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	01	A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas; Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.	MESES	12
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD						
01	A contratada será responsável por: Programas abertos no Ministério da Educação e na Secretaria Estadual de Educação, assim como orientações para cadastramento de propostas; Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas; Monitoramento dos demais programas de SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle; elaboração e monitorando o SIOPE, diagnosticando eventuais restrições e orientando para que as mesmas sejam sanadas e o município se mantenha apto para assinatura de convênios da educação; elaborar e monitorar os programas no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle da Educação (Simec); auxiliar na implantação e execução dos programas mais educação; PNE; PNATE; PSE; PNAIC; programa de reestruturação do acervo de equipamentos imobiliários escolares; suplementação para cadastro infantil; recurso para novas turmas de educação infantil; auxiliar para que se mantenha atualizado junto aos órgãos competentes as exigências a fim de efetuar celebração de convênios; auxiliar na elaboração e no cadastramento de propostas junto aos Governos Federal e Estadual; elaborar e implementar o Plano de Cargos e Salários do magistério; elaborar o Plano de Trabalho e Monitorar as ações do Programa Brasil Alfabetizado; acompanhar os interesses do município, principalmente nas decisões relacionadas com Orçamento Geral da União (FNDE); captar recursos de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação.	MESES	12						

Assim, perante as justificativas apresentadas, no sentido de não elencar motivos claros e concretos que fundamentassem a opção administrativa pelo tipo de licitação técnica e preço, somado ao fato de já ter licitado objeto idêntico na

modalidade pregão, evidentemente não há caracterizada a natureza predominantemente intelectual do objeto licitado.

Dessa forma, há de ser considerada inadequada a preterição do tipo menor preço, uma vez que ainda que se mostrasse cabível a licitação do tipo técnica e preço, seria necessária a devida justificativa perante e desproporcionalidade nos pesos atribuídos à técnica e ao preço. Isto pois, a adoção de peso elevado para a pontuação técnica em relação à de preço, sem justificativa plausível potencializa o risco de contratações antieconômicas e de restrição concreta da competitividade.

Nesse sentido, entendeu o TCU, nos acórdãos 546/2011, 525/2012 e 2909/2012, todos do Plenário, e o TCE-MG, nos processos 800682, 800679 e 808446, conforme destacado:

No procedimento licitatório em análise, conforme demonstrado no item anterior, o tipo 'técnica e preço' não é adequado para o objeto da contratação, que constitui serviço comum. Nesse cenário, não se justifica, com muito mais razão, a atribuição de peso muito mais significativo para o critério técnico. **Cabe acrescentar que o privilégio excessivo conferido à técnica em detrimento do critério de preço deve ser acompanhado de justificativa apta a demonstrar sua razoabilidade, de modo a comprovar-se que ele não proporcionará aumento indevido nos custos em prol da obtenção de pequenas vantagens técnicas.** (grifo nosso)

REPRESENTAÇÃO. EXIGÊNCIAS PARA RESTRINGIR O CARÁTER COMPETITIVO. INADEQUAÇÃO DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA E DO TIPO TÉCNICA E PREÇO PARA O CERTAME. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. **OBJETO NÃO SE REVESTE DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA PONDERAÇÃO DE PESOS PARA OS QUESITOS TÉCNICA E PREÇO. POTENCIAL PREJUÍZO PARA A ENTIDADE EM CASO DE ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO.** (TCU - RP: 72002022, Relator: AROLDO CEDRAZ, Data de Julgamento: 22/11/2022). (grifo nosso)

Lado outro, resta evidenciado que no presente caso, a realização da licitação na modalidade Pregão, conforme já pacificada a sua possibilidade, como demonstrado nas decisões alhures, seria o meio de se garantir a ampla concorrência, viabilizando a contratação do objeto com o preço mais vantajoso

para a Administração, de modo a alcançar economicidade e se afastar da restrição de concorrência no certame, a qual deve ser veementemente rechaçada.

Vale lembrar, neste aspecto, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar de regras legais e de aplicação geral e irrestrita, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições previstas na legislação vigente.

Resta claro, assim, a plausibilidade da presente denúncia, razão pela qual o certame não poderá prosseguir, uma vez que se afigura viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade, razoabilidade e busca da proposta mais vantajosa, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

IV - DOS PEDIDOS REFERENTES À PRESENTE DENÚNCIA:

I – Que seja recebida a presente denúncia, nos termos e moldes constantes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

II – Por todo o exposto, no exercício da competência prevista no art. 197, caput e § 1º e 2º, c/c art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal, que seja determinada a suspensão liminar do certame, considerando que a licitação pode ser suspensa em qualquer fase até a data da assinatura do contrato, nos termos do disposto no art. 267 do Regimento Interno do TCE MG, devendo os responsáveis manterem o edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2023 suspenso, na fase em que se encontra, e se absterem de praticar qualquer ato tendente a efetivar a contratação em tela, nos termos registrados no edital em exame, sob pena de multa pessoal em valor a ser fixado por esta e. Corte de Contas, nos termos do art. 85, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008.

III – Que sejam reparadas as ilegalidades e inconformidades constantes do Edital do certame, além de outras irregularidades a serem detectadas no Edital pelo e. Órgão Técnico deste Tribunal e, após, que o procedimento licitatório seja reaberto, com a devida publicação, adotando-se o Pregão e não o critério de julgamento de técnica e preço, para que todas as empresas do ramo pertinente, eventualmente interessadas, possam participar da licitação em questão, observando-se os prazos legais e demais formalidades para realização da sessão pública referente ao respectivo certame.

Pede deferimento.

A CONSULTORIA LTDA

CNPJ 35.236.886/0001-51

Conselheiro Lafaiete, 06 de junho de 2023.

A CONSULTORIA LTDA

CNPJ 35.236.886/0001-51

Izabella Sousa Coimbra Nascimento – Representante Legal
